

Sobre a Pesquisa em Psicologia Política: das questões sócio-históricas e epistemológicas ao anarquismo contrametodológico de Paul Feyerabend

Regarding to Research in Political Psychology:
from the socio-historical and epistemological issues to the
counter-methodological anarchism by Paul Feyerabend

La Investigación em Psicología Política:
de las cuestiones sociohistóricas y epistemológicas
al anarquismo contrametodológico de Paul Feyerabend

À Propos de la Recherche en Psychologie Politique :
des questions sociohistoriques et épistémologiques vers
l'anarchisme contre-méthodologique de Paul Feyerabend

Aline Reis Calvo Hernandez *
alinehernandez@hotmail.com
Helena Beatriz K. Scarparo **
helena.scarparo@gmail.com

Resumo

Abordamos o tema das metodologias em Psicologia Social através de um debate que problematiza as diferentes epistemologias ao longo da história da Psicologia. Para tal, começamos a análise escolhendo alguns marcadores históricos: o surgimento da Psicologia no apogeu da Modernidade, sua aderência ao modelo cientificista e cartesiano em prol da aquisição de status científico e o que chamamos de “virada epistemológica”, aquele momento histórico de questionamento profundo às práticas metodológicas arraigadas e aos efeitos produzidos. A preocupação central foi a de problematizar questões epistemológicas em pesquisa, apresentando o anarquismo metodológico de Paul Feyerabend como uma possibilidade epistemológica de pesquisa em Psicologia Social e Política, perguntado: No auge da modernidade tardia qual seria

* Doutora em Psicologia Social e Metodologia pela Universidad Autónoma de Madrid, Espanha, pós doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil, e, atualmente é professora-adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, RS, Brasil, onde lidera o grupo de pesquisa em Psicologia Política, Educação e Histórias do Presente.

** Doutora em Psicologia Social e professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Hernandez, Aline Reis Calvo., & Scarparo, Helena Beatriz K. (2014). Sobre a Pesquisa em Psicologia Política: das questões sociohistóricas e epistemológicas ao anarquismo contrametodológico de Paul Feyerabend. *Psicologia Política*, 14(29), 21-34.

o estatuto ontológico da Psicologia? Superamos o dualismo cartesiano que inaugura nossa área de conhecimento? Estas e outras questões serão problematizadas no presente artigo.

Palavras-chave

Paul Feyerabend, Anarquismo metodológico, Epistemologia, Psicologia Sociopolítica, Pesquisa.

Abstract

We have approached the theme methodology in Social Psychology through a debate that discusses different epistemologies throughout Psychology history. For such, we began the analysis choosing some historical markers: the emergence of Psychology at the height of modernity, its adherence to the scientific and Cartesian model in favor of the acquiring of a scientific status and what we call “epistemological turning point”, a historical moment of deep questioning to the entrenched methodological practices and the effects produced. The main concern was to discuss the epistemological issues in research, introducing the methodological anarchism by Paul Feyerabend as an epistemological possibility of research in Social and Political Psychology, asking: At the height of late modernity, what would be the ontological status of Psychology? Did we overcome the Cartesian dualism that opens up our area of expertise? These and other issues will be discussed on this article.

Keywords

Paul Feyerabend, Anarchism methodological, Epistemology, Sociopolitical Psychology, Research.

Resumen

Abordamos el tema de las metodologías en Psicología Social a través de un debate que problematiza las diferentes epistemologías a lo largo de la historia de la Psicología. Empezamos con el análisis de algunos marcadores históricos: el surgimiento de la Psicología en la Modernidad, su adhesión al modelo cientificista y cartesiano en pro de la adquisición del status científico y lo que llamamos la “virada epistemológica”, aquel momento histórico de cuestionamiento profundo a las prácticas metodológicas y sus efectos. La preocupación central fue la de problematizar cuestiones epistemológicas en investigación, presentando el anarquismo metodológico de Paul Feyerabend como una posibilidad epistemológica de investigación en Psicología Social y Política, preguntado: En el auge de la modernidad tardía cuál es el estatuto ontológico de la Psicología? Superamos el dualismo cartesiano que inauguró nuestra área de conocimiento? Esas y otras cuestiones van a ser problematizadas en esse artículo.

Palabras clave

Paul Feyerabend, Anarquismo metodológico, Epistemología, Psicología Sociopolítica, Investigación.

Résumé

Aborde le thème des méthodologies en Psychologie Sociale par le biais d’un débat qui discute les différentes épistémologies au long de l’histoire de la Psychologie. Pour le faire, on

commence l'analyse en choisissant quelques repères historiques : l'émergence de la Psychologie à l'apogée de la Modernité, son adhésion au modèle scientifique et cartésien en faveur de l'acquisition d'un statu scientifique de ce que l'on appelle « tournant épistémologique », c'est-à-dire le moment historique de profonde remise en question des pratiques méthodologiques ancrées et les effets qu'elles produisent. Le but central a été de discuter de questions épistémologiques dans la recherche en présentant l'anarchisme méthodologique de Paul Feyerabend comme une possibilité épistémologique de recherche en Psychologie Sociale et Politique et en posant les questions suivantes : quel serait le statu ontologique de la Psychologie dans l'apogée de la modernité tardive ? A-t-on surmonté le dualisme cartésien qui inaugure notre domaine de connaissance ? Ces questions et d'autres sont discutées dans le texte qui suit.

Mots clés

Paul Feyerabend, Anarchisme, Metodologique, Epsitemologie, Psychologie Socio-historique, Recherche.

Introdução

Tratar do tema das metodologias em Psicologia Social implica abordar questões históricas, epistemológicas/ontológicas e críticas que configuram um campo científico. As questões históricas permitem entender a configuração social e as determinações políticas que permitem que um saber se constitua e seus objetivos práticos. As questões históricas permitem estabelecer marcadores para a compreensão sociocultural e política dos contextos referentes aos processos de construção de determinados saberes e de seus efeitos/impactos na vida humana, em diferentes dimensões. Ou seja, a História, uma ciência em marcha (Bloch, 2001), favorece pensar os saberes politicamente, tendo em vista as relações sociais que busca gerar ou impedir. A epistemologia permite o entendimento sobre a construção de conhecimentos que inclui a ontologia, ou seja, a visão que se tem de realidade, sociedade e ser humano dentro de cada abordagem científica incluindo seus conjuntos teóricos e metodológicos. Desse modo, dedicar-se a essa área permite analisar e estabelecer diferenças quanto às características, as fontes, os argumentos, as condições e os limites do conhecimento explícito ou tácito produzido. Abrem-se, assim, possibilidades de questionamentos, problematizações e transformações teóricas e metodológicas em diferentes áreas do saber humano.

Assim, parece-nos impossível falar das diferentes metodologias em Psicologia Social sem situar suas configurações históricas e “heranças”, marcas epistemológicas. Faremos, então, o esforço teórico e reflexivo que avançará no seguinte sentido:

- 1º) falaremos da “angústia” epistemológica em pesquisa (Hüning & Silveira, 2007);
- 2º) explicaremos alguns “marcadores” históricos e epistemológicos que influenciaram e seguem influenciando a Psicologia Social enquanto campo teórico e prático e as metodologias intrínsecas a tais “marcadores”; e
- 3º) explicaremos o que chamamos aqui de “virada epistemológica” ou “o escândalo do sentido”, aquele ponto de inflexão e reflexão onde a Psicologia Social olha para trás, questiona sua trajetória e vislumbra caminhos possíveis pelos quais transitar.

Ao vislumbrar e discutir tais possibilidades, decidimos visibilizar uma abordagem ainda pouco explorada no campo da Psicologia Social e Política: o Anarquismo Epistemológico de Paul Feyerabend (1975) Assim, no quarto ponto de reflexão aqui proposto situaremos o anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend (1975) e suas implicações e possibilidades na pesquisa psicossocial.

A Angústia Epistemológica em Pesquisa

Quando decidimos fazer pesquisa pensamos que a escolha de um “caminho epistemológico” poderá dar conta de nossas ansiedades e dúvidas e que a opção por uma metodologia será “a bússola” a guiar nossos passos. Mas, rapidamente e, geralmente quando nos aproximamos do “objeto/fenômeno” a ser pesquisado vemos saltar aos olhos as limitações e até as inoperâncias dos métodos de pesquisa. Por quê? Porque como esclarecem Hüning e Silveira (2007) as opções metodológicas são colocadas em oposição, em combate e, não raro, vemos a “briga” em tentar definir o grau de abrangência e a melhor forma de entender/explicar a realidade. Ou seja, a oposição e o debate construídos se voltam para a hierarquização das diferenças entre as propostas, o que leva a práticas preconceituosas e, no mais das vezes, despóticas e impeditivas do livre pensar. Nesse sentido, a dicotomia

quantitativo/qualitativo constitui um bom exemplo desta “guerra epistemológica” travada no interior das Ciências Humanas e Sociais.

Mas, não há estritamente pontos de vista epistemológicos especiais que nos assegurem uma perspectiva privilegiada para ordenar um sistema de saber em geral. Conforme Lyotard (2000) na condição pós-moderna tornou-se simplesmente desnecessário obtermos um ponto de apoio ou visão panorâmica a partir da qual articular a diversidade de formas de conhecimento.

No campo científico esta idéia remete à aceitação de críticas de “regulação” (Hüning & Silveira, 2007) que levem ao diálogo e à democracia, este exercício coletivo que alarga espaços de debate e coloca as antinomias e os pontos de vista divergentes em tensão. Estas críticas estão para além da “unificação” epistemológica e são, ao contrário, produtos de uma postura ético-política. A postura totalitária e unificadora reclama uma linguagem epistemológica única à Psicologia que se defronta com uma necessidade imanente e atual: a de dialogar, transitar por diferentes caminhos no sentido de falar e entender outras linguagens a partir da linguagem que falamos. Esta seria, pois, a ética da possibilidade de entendimento de diferentes posições teóricas e metodológicas, o que favorece interlocuções. O debate epistemológico é um problema de disponibilidade ética e abertura ao entendimento e à possibilidade dialógica na qual não cabem questões de autoridade e hierarquia entre saberes (Rorty, 1997 in Hüning & Silveira, 2007).

Então, a angústia epistemológica pela definição de uma metodologia idônea de pesquisa pode nos levar a construir pontes entre metodologias diferentes. Assim, disponibilidade ética associada a ação política aberta possibilita não privilegiar uma epistemologia que, automaticamente, suplante outra, mas sim promover um amplo e profundo processo de escolhas pautadas em reflexões teóricas sobre as práticas de pesquisa em contexto. É interessante encontrar novas maneiras de falar e formas alternativas de pensar, ver, ouvir e dizer que acolham as diferenças e contradições subjacentes à pesquisa.

Então, nossa angústia epistemológica pela definição de uma metodologia idônea de pesquisa pode nos levar a construir pontes entre construções metodológicas diferentes e pode tornar-se possível se tivermos disponibilidade ética e uma ação política aberta, a fim de não privilegiar uma epistemologia que, automaticamente, suplante outra sem antes conhecê-la profundamente. É interessante encontrar novas maneiras de falar e formas alternativas de pensar, ver, ouvir e dizer que acolham as diferenças e contradições subjacentes à pesquisa.

Assim, nossa angústia inicial vai se convertendo aos poucos em oportunidade de dialogar com outras metodologias e com o próprio “objeto” que se investiga, já que conforme Martín-Baró (1986) não devem ser os fenômenos encaixados, objetivados em teorizações, mas compreendidos para além destas, a ponto de originarem sua própria teorização.

Aceitar esta perspectiva é pensar numa epistemologia da diferença, onde o conhecimento é sempre polissêmico, produz estranhamentos e as diferenças são constitutivas de interrogações, perplexidade, surpresa e desconforto, percepções e compreensões de sentido que produzem saberes e aprendizagens. Como disse Gaston Bachelard (1996) com sabedoria: não são nossas certezas que fazem a ciência avançar, mas nossas dúvidas, aquilo que estranhemos e vamos então tentar compreender e conhecer. Essas tentativas povoam o universo acadêmico com as mais diferentes nuances. Elas são marcadas pelos espaços, paisagens e lugares nos quais se estabelecem os diferentes sentidos para o viver humano e conformam os modos de construir conhecimentos e seus efeitos nas diferentes áreas do saber.

Alguns Marcadores Epistemológicos Construídos ao Longo da História da Ciência Marcadores Históricos em Psicologia Social e seus Efeitos Nefastos

A maneira como pensamos a produção de conhecimentos e, mais especificamente, a pesquisa tem uma ligação estreita com heranças e permanências históricas. Essas estão presentes nas formas como concebemos o conhecimento, formulamos argumentos e produzimos ciência. Isso significa que as áreas têm todas elas, uma espécie de “biografia heurística”, ou seja, uma história de vida que nos permite entender, mesmo que parcialmente, as circunstâncias de sua constituição, o poder que exercem e as práticas que instituem em cada momento sócio histórico. O exame de tais biografias permite, então conjecturar acerca dos fatores que tornaram algumas interpretações dominantes e outras negligenciadas.

Dito isto, começaremos este segundo ponto fazendo uma análise dos principais marcadores históricos e epistemológicos em Psicologia Social analisando, em paralelo, as metodologias que foram se constituindo e operando no plano individual, social e cultural a partir deles.

A Psicologia Social é um fenômeno moderno ou, se preferirmos, mais uma “invenção” da Modernidade. Se tivéssemos de escolher uma marca inaugural da Modernidade certamente seria o famoso *cogito ergo sum*, de Descartes: “penso, logo existo” (Jovchelovitch, 2008). A certeza do cogito “eu penso” marca uma separação traumática entre individual e social, pois sou “eu” quem pensa. Essa cisão acompanha permanentemente os debates da área. Trata-se do indivíduo centrado em sua racionalidade. Assim, qualquer ação, crença ou desejo só deve ser alvo de credibilidade e escolha humana correta na medida em que permitir avaliação em termos de princípios lógicos aceitos e conhecidos. Desse modo, explícita a primazia da razão sobre a existência, ou seja, “eu existo porque penso”. Com esta formulação filosófica Descartes evidenciou outra divisão não menos drástica: um lugar para pensar o material e o biológico (a Ciência) e um lugar para pensar o imaterial, o simbólico e o psíquico (a Filosofia). Seria esse um arranjo para poder fazer ciência em tempos de Inquisição?

O dualismo cartesiano marca, neste sentido, uma Psicologia individualista na qual o social era a mera soma de individualidades. A Psicologia Social é um fenômeno moderno ou, se preferirmos, mais uma “invenção” da Modernidade. Se tivéssemos de escolher uma marca inaugural da Modernidade certamente seria o famoso *cogito ergo sum*, de Descartes: “penso, logo existo” (Jovchelovitch, 2008). A certeza do cogito “eu penso” marca uma separação traumática entre individual e social, pois sou “eu” quem pensa. Trata-se do indivíduo centrado em sua racionalidade. Assim, qualquer ação, crença ou desejo só deve ser alvo de credibilidade e escolha humana correta na medida em que permitir avaliação em termos de princípios lógicos aceitos e conhecidos. Desse modo, explícita a primazia da razão sobre a existência, ou seja, “eu existo porque penso”. Com esta formulação filosófica Descartes evidenciou outra divisão não menos drástica: um lugar para pensar o material e o biológico (a Ciência) e um lugar para pensar o imaterial, o simbólico e o psíquico (a Filosofia). O dualismo cartesiano marca, neste sentido, uma Psicologia comprometida com o individualismo. Tal perspectiva concebe o social como mera soma de individualidades e justifica as instituições como espaços de promoção da ordem pública e da garantia de direitos individuais através de um conjunto de normas e comportamentos padronizados que regulam e controlam as atividades humanas na sociedade. Se a ordem do cogito moderno tivesse sido invertida por “existo, logo penso” o lugar central da razão e da racionalidade técnica teria se

diluído na busca pela compreensão do humano na existência, da complexidade das formas de subjetivação de um sujeito que ao relacionar-se pensa, duvida, exercita a crítica, deseja e pode transformar.

Outro marcador histórico importante foi um dos pressupostos da Modernidade: o Materialismo Cientificista que separou as Ciências Naturais das Ciências Sociais. Nesta ontologia a sociedade era concebida como um sistema fechado com suas leis implícitas (determinadas) que deveriam ser descobertas. O ser humano era então um “produto” determinado a partir destas leis gerais. A Psicologia nasce, então, de um pragmatismo e de um cientificismo que caminham de mãos dadas. Mediante o esforço de “materializar o psicológico” a Psicologia fez uma aliança com as Ciências Naturais o que, de um lado, lhe assegurava o “estatuto” científico e, de outro, enterrava o fantasma de Descartes (de um lugar imaterial/psíquico). Explicamos: a ciência experimental toma conta da Psicologia na tentativa de explicar os comportamentos (manifestos e observáveis) que faziam com que os indivíduos se encaixassem ou não na sociedade. Um exemplo ilustrativo e aterrador sobre esta epistemologia é apontado por Bauman (1998) quando nos explica a lógica do holocausto. Para que o projeto nazista tivesse êxito, isto é, para que o “homem ideal” fosse criado, Mengele e um grupo de pesquisadores fizeram uma série de experimentos que descartavam, “refugavam” aqueles sujeitos que não cabiam na categoria “ideal”: judeus, anões, deficientes. Como afirma o autor: o mundo moderno deveria ser um jardim alinhado e limpo e as ervas daninhas deveriam ser, então, eliminadas.

Na epistemologia materialista, pautada pelas lógicas quantitativas¹ e experimental o que estava em jogo era o que podia ser medido, observado, apalpado e mensurado. A partir desse pressuposto se poderia estabelecer relações entre causas e efeitos e explicar o mundo e as relações sociais em termos puramente mecânicos e materiais. Como decorrência, também se poderia conceber como possibilidade a supressão de causas (comportamentos sociais inadequados) consideradas prejudiciais ao equilíbrio /harmonia social. A Psicologia Social deveria, então, empreender um projeto que garantisse a homeostase social. Como refere Foucault (1990) em “A Psicologia de 1850 a 1950”, o século XIX ficou marcado pelo Positivismo alinhado às Ciências Naturais. Assim, uma separação entre natureza e cultura é uma característica de nascença dessa disciplina. Os modelos físico-químico, orgânico e evolucionista foram predominantes e o social ficou suprimido, corporificado e reificado ao individual.

Na medida em que a noção de individual pautava a regulamentação das relações sociais, o coletivo era algo “perigoso”, irracional no qual o indivíduo perdia sua singularidade. Os estudos de Gabriel Tarde (1843-1904) e Gustave Le Bon (1841-1931) fecham o século 19 afirmando que tudo que fosse social ou cultural (coletivo) deveria ser rejeitado. O social andava muito perto do irracional. A massa/multidão era considerada contagiosa e ali, no interior do “aglomerado de indivíduos” o sujeito perdia sua identidade e, com isso, o controle sobre suas ações. Assim, vemos que no final do século XIX e início do século XX houve uma “tentativa” de compreender as dimensões sociais do humano articulada ao estabelecimento de processos de formulação de conhecimentos psicológicos. Cabia à psicologia teorizar e pesquisar a instância social. Entretanto, esses esforços levaram à associação dos fenômenos de massa à desrazão, à irracionalidade e, por conseguinte ao fortalecimento da noção de

¹ O modelo hipotético dedutivo permite que generalizações sejam constatadas e aplicadas indiscriminadamente sem ressalvas individuais.

loucura vigente. Ou seja, os conhecimentos produzidos favoreceram práticas de “patologização do social” e legitimaram, através do saber científico, estratégias de controle e apagamento da instância coletiva da vida social.

Kurt Lewin (1890-1947) pode ser considerado – com cautela – um “substituto” palatável às massas irracionais de Le Bon e Tarde à psicologia em processo na época. Na década de 1930, buscou formular uma compreensão das interações sociais através da articulação entre a teoria da Gestalt, no que se refere à totalidade da experiência, à Teoria de Campo da Física e à topologia da matemática (Malcolm, 1991; Schutz & Shutz, 1992). Pode-se dizer que ele indicou uma perspectiva grupal como abordagem metodológica possível à Psicologia apontando o grupo e os pequenos grupos como um dispositivo facilitador da pesquisa-ação. Mas, sinceramente não podemos afirmar que Lewin – considerado por muitos o “pai” da Psicologia Social – tenha superado a dicotomia individual/social que encerra o século 19. O exame dos conceitos formulados e da lógica concebida denota persistir o pensamento dicotômico. Apesar da contribuição desse autor em discutir a compreensão dos espaços de vida e seu dinamismo, a Teoria de Campo é derivada de um modelo explicativo da natureza. Desse modo, os fenômenos humanos não transcendem as fronteiras do indivíduo, os grupos e as comunidades e, assim, não contemplam as complexas e dinâmicas das redes de relações sociais em contexto.

A Psicologia Social migrou e lançou-se no mundo com estes dois marcadores bem nítidos: do Materialismo Cientificista que incluía o Positivismo Francês e do Individualismo Cartesiano. Entretanto, interrogações cotidianas povoaram o pensamento social do século XX. A vivência dos conflitos mundiais foi fator de desacomodação geográfica e epistemológica. Muitos intelectuais europeus, como o próprio Lewin, migraram para as Américas em função das guerras e levaram consigo erudição, medo, perdas e indignação pelas atrocidades que ceifaram milhares de vidas e projetos sociais. Em contextos estranhos, interagiram com interlocutores também impactados com as possibilidades do exercício do poder através da ciência (Farr, 1999). Tais circunstâncias contribuíram para a efetivação do exercício de pensar o mundo sem apriorismos e, com isso abrir possibilidades para concebê-lo como espaço da diversidade de sentidos.

A Virada Metodológica ou o Escândalo do Pensamento Social: a busca de sentidos

Em 1972 na obra “Sociedade e Teoria em Psicologia Social” Moscovici pergunta: “A psicologia social deve ser uma ciência do movimento ou da ordem?”. Com esta interrogação sinaliza que faltava à psicologia Social contribuições outras e confluências interdisciplinares possíveis para compreender fenômenos como a linguagem, as ideias, as minorias sociais, as identidades, o senso comum. Estava manifesto um desejo pulsante de “abandonar” ou questionar a marca do anormal, do patológico e do experimental.

Conforme Foucault (1990) alguns marcadores anunciam uma virada epistemológica:

- a) o abandono de uma objetividade naturalística (hipóteses gerais que explicavam o ser humano a partir de determinações);
- b) contradições ao modelo de ciência que pudessem retomar o exame da realidade humana;

c) a busca de uma ciência que não partisse da neutralidade esvaziada de sentidos sociais e históricos.

Para tal era preciso conceber uma Psicologia Social na qual o ser humano fosse visto a partir dos atravessamentos culturais e determinações históricas de sua época.

Neste sentido, o legado deixado por Freud (1856-1939) também se faz importante já que na epistemologia psicanalítica a constituição do sujeito implica sempre o “outro social” que está representado pela cultura. O social é o pano de fundo, a trama que enreda a construção subjetiva. A “virada” se dá, então, a partir de um questionamento político acerca da Psicologia Social que se desejava construir/fazer, pois como refere Guatarri (1986) “ao desejo não lhe falta nada”, ele é potência, devir e através dele e de sua força desruptiva podemos encontrar outros territórios e práticas possíveis.

A Psicologia Social até meados do século 20 foi marcada por um momento de inflexão/reflexão no qual as metodologias são questionadas. Tanto na Europa quanto na América Latina, diferentes teóricos reclamam e fazem uma Psicologia Social mais acorde com suas realidades e idiossincrasias. Abre-se e amplia-se o debate transdisciplinar como possibilidade de diálogo entre saberes complementares. A marcada lógica experimental/dedutiva é revigorada por interpretações de cunho mais sociológico que derrubavam as premissas funcionalistas.

Tanto na Europa quanto na América Latina via-se uma Psicologia Social saturada do indivíduo individualizado e preocupada com o social em movimento, um social onde nada está isolado, mas em interdependência, um social híbrido enquanto campo de conhecimento e ação de diferentes áreas científicas. É a partir desta “parada reflexiva” e crítica, exausta de uma Psicologia Social importada da Europa e dos Estados Unidos, obediente à dominação socioeconômica e política que novas metodologias começam a emergir com força a partir da metade do século 20. O questionamento profundo às metodologias quantitativas de base experimental, onde a realidade fica subjugada ao simulacro e marcada pela hierarquia pesquisador/sujeito pesquisado, abrem passo à recepção de metodologias variadas, advindas de diferentes áreas de conhecimento. O texto do Ronald Arendt sobre Psicologia Comunitária indica a predominância de estudos/qualitativos antropológicos como forma de questionar o experimentalismo estadunidense. Isso faz sentido, se pensarmos nas influências da vinda do Levi Strauss para a USP nos anos 30 e na publicação dos “Tristes trópicos” nos anos 50.

De forma geral, podemos afirmar que todas estas metodologias estão preocupadas, primeiro, com uma aproximação “menos neutra” e mais comprometida com os fenômenos psicossociais e, segundo, com a possibilidade de ver e compreender a realidade a partir de uma percepção de inserção em contexto. Diferentes abordagens marcam esta época: os estudos marxistas (histórico críticos), os estudos em representações sociais, do interacionismo simbólico, da identidade social, das minorias ativas, da pedagogia da autonomia, dos estudos culturais etc. cada uma com suas particularidades, mas com uma ontologia comum: de que a realidade não é fixa e os seres humanos estão atravessados por uma história e suas marcas culturais.

Nesta primeira década do século 21, já podemos contar com uma Psicologia que entenda o social como instância e dimensão relacional, proximal, inseparável do sujeito. Mas, já conseguimos superar as dicotomias metodológicas do tipo: hierarquia metodológica, supremacia dos métodos quantitativo e qualitativo? A dicotomia [pensamos ser este um processo a ser estabelecido pela conquista de espaços dialógicos, igualitários] vai sendo

superada pelo diálogo, por nossas práticas inovadoras na pesquisa quando, por exemplo, trabalhamos com múltiplas metodologias, ampliando as fontes de nossos fluxos de dados, pela revisão de antinomias que, como refere Marková (2005) coloca pontos de vista em tensão permitindo que um complemento ou mostre ao outro suas limitações.

Não negaremos, pois, que toda metodologia carrega uma história, uma ontologia, uma forma de ver o social, o ser humano e que todas podem ser nefastas quando não dialogam ou refletem sobre os efeitos que estão produzindo. Estamos realmente interessadas naquelas metodologias dialógicas, que buscam olhar o fenômeno e os processos como portas interpretativas e compreensivas, metodologias que não se esgotam em si mesmas e não se pretendem deterministas.

Parafraseando Foucault (1994) queremos um saber que proteja a existência e permita compreender o mundo exterior, um saber, uma metodologia, um processo teórico e reflexivo que sobreviva e se atualize graças à compreensão antes da explicação. Assim, a busca pela compreensão – de sentidos – parece ser uma busca metodológica contemporânea que pode ser vislumbrada mediante o diálogo e a “angústia” como prática desejante, uma política de complementaridade, confluência entre lógicas totalizantes ou unificadoras.

Ciência Normal, Revoluções Científicas e Anarquismo Epistemológico

É sabido que uma disciplina adquire status científico, torna-se uma ciência quando elabora um paradigma, encerrando uma fase pré-paradigmática e iniciando uma fase de Ciência Normal. Para Tomas Kuhn um paradigma é um conjunto de crenças, valores, verdades, técnicas compartilhadas por um grupo de pessoas, uma comunidade científica que determinam o programa de pesquisa e as metodologias que devem ser utilizadas como as mais úteis na produção da ciência. Porém, quando as pesquisas de uma comunidade científica estão fixas em um paradigma, o que Kuhn nomeou de período de Ciência Normal, o conhecimento produzido é considerado cumulativo e acrítico, pois não há uma meta-análise do paradigma sobre si mesmo. O efeito nefasto de tal hegemonia científica é a confiança cega de uma comunidade inteira de cientistas que impedem o avanço da ciência a partir de novas perguntas, forçando encaixar os problemas de pesquisa na força de um único paradigma vigente. Isso leva à inibição do conhecimento. Talvez, através de outros programas ou métodos novas perguntas e hipóteses surgissem, exigindo novos métodos explicativos, fazendo a ciência se movimentar.

Para Kuhn o desenvolvimento das ciências não é nem acumulativo, nem linear com uma meta determinada em busca da “verdade” do conhecimento. Então, como já expusemos anteriormente, a definição de paradigma para o autor é uma constelação de crenças, valores, exemplos compartilhados que fazem a comunicação dentro de um grupo pouco problemática. Assim, os enigmas e problemas científicos vão sendo resolvidos a semelhança de outros problemas já resolvidos e quando cada problema similar é resolvido de forma similar as anteriores (saberes acumulativos) as teorizações do paradigma acabam não ampliando seus âmbitos de aplicação.

Porém, as acumulações de conhecimentos acabam tendo lugar apenas nos períodos inter-revolucionários ou de Ciência Normal. A tendência acumulativa se dá por três problemas fundamentais:

- a) investigação daqueles fenômenos que o paradigma mostrou como particularmente reveladores da “natureza” das coisas;
- b) junção dos achados com a teorização prévia do paradigma;
- c) articulação da própria teoria do paradigma fortalecendo suas premissas.

Mas, a acumulação científica encontra seus limites quando já não dão conta das novas dimensões que os problemas humanos e sociais apresentam. Trata-se do contraponto problemas x paradigma.

Os períodos de Ciência Normal, períodos de acordo tácito nas comunidades científicas acerca de um modelo paradigmático e, por conseguinte, num conjunto de métodos e procedimentos advindos desse paradigma, direciona as pesquisas, fazendo com que problemas distintos, de diferentes contextos sejam interpretados e resolvidos através de métodos semelhantes, pelo simples motivo de terem mostrado eficácia [força heurística] anterior.

Não obstante, quando as metodologias ditadas pelo paradigma vigente fracassam na explicação de um fenômeno novo, ou ocorrido em outras circunstâncias, transversalizados pelo contexto sócio-histórico surgem as anomalias. As anomalias sugerem a necessidade de ruptura com o paradigma vigente e a perda da “fé cega” no mesmo. Então, começa um período de novas pesquisas, novas metodologias são aplicadas, a procura por novos métodos e explicações. Esse período foi chamado por Kuhn de períodos de Revolução Científica.

Em períodos de revolução científica ocorre algo bastante interessante: ampliam-se as metodologias e, na esteira dessa ampliação, os fluxos de dados que retroalimentam as pesquisas. Começam a surgir novas hipóteses explicativas que carecem, ainda, de averiguação. Assim, quanto mais formas diferentes de instrumentos e procedimentos usados em pesquisa na investigação de um mesmo fenômeno melhor, mais a ciência daquela área avançará.

Esse aspecto encontra consonância com uma proposição polêmica colocada por Feyerabend em *Contra o Método* (1975): a tese do vale-tudo. O vale-tudo é uma declaração de que todas as metodologias, incluindo as mais óbvias, têm seus limites. Por isso, seguir apenas um método acarreta a esterilização do pensamento. O vale-tudo nega a existência de uma metodologia específica do conhecimento científico, ou mesmo a superposição de um método melhor ante outro menor, convertendo-o num saber privilegiado frente a outros saberes.

Para Feyerabend todo princípio ou método já foi quebrado pelo menos uma vez ao longo da história das ciências. Assim, não existem conjuntos de regras fixas e imutáveis que conduzam ao verdadeiro conhecimento. O vale-tudo significa, ainda, uma busca contínua de relações entre teorias, observações, problemas, hipóteses científicas de modo que seja respeitada a situação de pesquisa, a partir de seu contexto histórico.

Nesse sentido Tomas Kuhn já assinalava a tese da incomensurabilidade em pesquisa para falar da relação de incompatibilidade entre paradigmas que, por sua vez, vem determinada por diferenças semânticas, epistemológicas, ontológicas, metodológicas, processuais e analíticas. Cada paradigma tem um modo incompatível de ver o mundo. Quando se aceita um novo paradigma a ciência evolui. Porém, os “antigos” paradigmas não se limitam aos “novos” e nem os novos substituem os antigos. Em Filosofia da Ciência digamos que teorias distintas simplesmente não podem ser comparadas, são diferentes em sua constituição, programa, procedimentos, metodologias etc. Sendo diferentes, não devem ser comparadas.

A tese da incomensurabilidade acaba problematizando aspectos fundamentais em Filosofia da Ciência, de forma sintética:

- a) Teorias diferentes são incomparáveis, pois o “terreno semântico” é diferente;
- b) Entre T (Teoria Antiga) e T¹ (Teoria Nova) não há consequência empírica comum;
- c) Se são incomparáveis, não há comparação racional e correta entre teorias diferentes;
- d) Para que T¹ seja uma teoria sucessora a T deve apresentar um conjunto de predições adicionais e exitosas;
- e) T¹, em certa medida, inclui a T, pois prevê superar seus “fracassos” explicativos.

Tanto Kuhn quanto Feyerabend evidenciam o caráter da descontinuidade do conhecimento científico que progride por rupturas. Quando uma revolução científica acontece fica evidente que os problemas que aquela comunidade científica reconhecia como solucionados foram resolvidos num determinado período, não servindo, necessariamente, como fundamento para períodos e práticas posteriores. Ambos concordam, ainda, que seria um erro conservar um programa de pesquisa até que se esgote sua força heurística. Podemos apresentar um programa de pesquisa diferente ou mesmo “rival” antes de haver uma concordância científica sobre a saturação de uma teoria. Os períodos de Ciência Normal nada mais são do que um programa de pesquisa que alcançou monopólio, modismo.

Assim, fica clara a ideia de que a transição de um paradigma a outro não é um processo acumulativo, pois mesmo durante a “crise” o paradigma anterior não é abandonado, mas usado recursivamente. Outro conjunto de aspectos filosóficos são propostos por Feyerabend quando pensamos que, nas ciências, paradigmas diferentes coexistem:

- a) Teorias diferentes podem construir repertórios teóricos distintos sobre um mesmo “objeto”;
- b) As melhores teorias não são as testáveis, nem as teorias são abandonadas quando falseadas como prevê Popper (1963);
- c) Não parece haver períodos de “ciência normal” ou de plena vigência de paradigmas, como prevê Kuhn (1962), mas momentos constantes de ruptura e inovação.

Uma última consideração importante que gostaríamos de sublinhar é o que Feyerabend definiu como o único critério de validade possível de um paradigma ou programa de pesquisa: o critério do “utilitarismo”, ou seja, uma teoria é “boa” se consegue realizar as tarefas a que se propõe, quando comprova sua força heurística, auxilia na compreensão de problemas reais de determinada população.

Considerações Finais

Nossas intenções ao escrever esse texto foram muitas, é certo. Fizemos uma retrospectiva de influências epistemológicas que marcaram a constituição da Psicologia como ciência e da Psicologia Social na América Latina e, mais especificamente no Brasil. Fomos definindo, uma e outra vez a epistemologia como um trabalho político, social, histórico e discursivo, a partir de formas diferentes de ver o mundo e suas realidades. Como já dizia Bakunin “a única missão da ciência é iluminar a vida, não governá-la”. Tal posição sobre a ciência permite concebê-la como ferramenta para a mudança e, portanto, favorece a compreensão da dimensão política das escolhas pertinentes aos processos de construção de saberes. Ao

escolhermos problematizar as dicotomias presentes em conhecimentos, duvidamos de verdades absolutas, certezas e generalizações já consolidadas e presentes nas práticas sociais cotidianas sob a forma de preconceitos e controle despótico.

Portanto, apesar de termos mostrado inúmeros efeitos nefastos que a Psicologia construiu a partir de uma adoção acrítica e anacrônica de seus antepassados filosóficos e científicos, dedicamos sessões importantes desse artigo para evidenciar problematizações na pesquisa em Psicologia e, ainda, que a angústia epistemológica deve ser companheira de jornada.

Dedicamos, assim, uma parte final do ensaio para mostrar que podemos fazer ciência liberados da dominação da propriedade e das restrições impostas por um ou outro “governo das ideias” que queira prevalecer. A afirmação radical de liberdade em pesquisa, o princípio do vale-tudo feyerabendiano indica-nos a supressão de autoridades ou hierarquias científicas na ausência de uma teoria líder. A aceitação do caos como um princípio da imprevisibilidade implica em considerar as diferentes dimensões de tempo-espaço que formulam cada evento humano, tendo em vista memórias, vivências e expectativas. Significa, então, olhar a ciência e a produção científica como convite ao pensar criticamente, como uma incitação à contínua desordem imposta pela sensibilidade social. Os fenômenos psicossociais estão em movimento o que implica que os contextos de pesquisa sejam imprevisíveis. Caso contrário, pesquisadores deixam de investigar a luta da vida, seus mistérios e seus encantos para tentar conforma-la à frieza de relações abstratas e às exigências de padrões de excelência distantes e, até mesmo, contrários, à construção de relações humanas solidárias.

Nossa posição parte da busca constante por uma postura libertária em pesquisa, onde a decisão por uma ou outra teoria não significa maior ou menor cientificidade, pois não existem regras metodológicas universais!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bachelard, Gaston. (1996). *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento* (Estela dos Santos Abreu, trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bauman, Zygmunt. (1998). *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bloch, Marc. (2001). *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Foucault, Michel. (1990). La Psychologie de 1850 a 1950. *Revue Internationale de Philosophie*, 173(2), 159-176.
- Hüning, Simone Maria., & Silveira, Ronie Alexandro Teles da. (2007, outubro/dezembro). A angústia epistemológica em psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), 473-480.
- Jacques, Ronald João Arendt. (1997). Psicologia comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(1), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Jovchelovitch, Sandra. (2008). *Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura*. São Paulo: Vozes.
- Liotard, Jean-François. (2000). *A condição pós-moderna* (Ricardo Corrêa Barbosa, trad.). Rio de Janeiro: José Olympio (Trabalho original publicado em 1979).
- Martín-Baró, Ignacio. (1986). Hacia una Psicología de la Liberación. *Boletín de Psicología*, 22, 219-231, UCA Editores.
- Parlett, Malcolm. (1991). “Reflexions on Field Theory.” *The British Gestalt Journal*, 1, 68-91.
- Schultz, Duane., & Schultz, Sydney. (1992). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cultrix.

• Recebido em 12/02/2014.

• Aceito em 13/05/2014.